

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.037 - SP (2019/0146643-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : HERCULANO CASTILHO PASSOS JÚNIOR
ADVOGADO : RAFAEL DELGADO CHIARADIA - SP199092
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Herculano Castilho Passos Júnior contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento. Ação civil pública. Recebimento da petição inicial. Afastamento das preliminares de violação do princípio do devido processo legal, inépcia da inicial, falta de fundamentação da r. decisão agravada, incompetência absoluta do E. Juízo de origem, inadequação da via eleita e cerceamento de defesa. Presença de indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa. Necessidade de dilação probatória sob o crivo do contraditório e ampla defesa para apuração da ocorrência do ato ímprobo. Correta a decisão de recebimento da inicial e suspensão do processo. Agravo não provido.

O agravante aduz ofensa aos arts. 10, 12 e 17, §§ 6º, 7º e 8º, da Lei n. 8.429/1992; 11, 319, VI, 320, 485, IV e VI, 489, § 1º, III e IV, e 1.022 do Código de Processo. Sustenta que a inicial da ação de improbidade deve ser rejeitada por falta de indícios e deficiente fundamentação.

Decido.

Não há de se falar em violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil, porquanto devidamente fundamentado o acórdão recorrido, mormente quando se afere mínima razoabilidade para processamento da ação de improbidade.

O acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência desta Corte que entende que, para o recebimento da ação de improbidade administrativa, basta a existência de indícios suficientes para o seu processamento.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LEI 9.296/96, ART. 1º. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 17 DA LEI 8.429/92. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. FASE EM QUE

Superior Tribunal de Justiça

SE DEVE OBSERVAR O PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. PRECEDENTES SÚMULA 83/STJ. [...]

4. Demais disso, nos termos do art. 17, § 8º, da Lei 8.429/1992, a ação de improbidade administrativa só deve ser rejeitada de plano se o órgão julgador se convencer da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, de tal sorte que a presença de indícios da prática de atos ímprobos é suficiente ao recebimento e processamento da ação, uma vez que, nessa fase, impera o princípio do *in dubio pro societate*.

5. É pacífico nesta Corte que, no momento do recebimento da ação de improbidade administrativa, o magistrado apenas analisa a existência de indícios suficientes da prática de atos ímprobos, deixando para o mérito, se ocorreu ou não improbidade, existência de dano ao erário, enriquecimento ilícito, violação de princípios, condenando ou absolvendo os denunciados.

6. Demais disso, analisar a existência ou não de indícios suficientes, para o recebimento da ação de improbidade, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, vedado em sede de recurso especial, de acordo com a Súmula 7 desta Corte.

Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt no AREsp 721.712/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 8/6/2016 - grifos acrescentados)

Desse modo, aplica-se no caso a Súmula 568 do STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ocorre que não se mostra cabível, nesta via, perquirir acerca da razoabilidade da processamento da ação de improbidade na origem devido ao óbice constante da Súmula 7/STJ. Os fatos são aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*. E, se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

Recurso especial.

Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. **Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados.** (AgRg nos EREsp 134.108/DF, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/6/1999, DJ 16/8/1999, p. 36)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REGISTRO NO CRQ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO VIA RECURSAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF, APLICÁVEIS POR ANALOGIA. VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE FATO GERADOR. AFERIÇÃO DA

Superior Tribunal de Justiça

ATIVIDADE PREPONDERANTE DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA.
SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

[...]

4. O Tribunal de origem entendeu, à luz do contrato social e das provas dos autos, que as indústrias vinícolas e os associados representados pelo SINDUSVINHO possuem, como objetos sociais, produção, engarrafamento e comercialização de vinhos, ou seja, atividades não inerentes à química, o que afastaria a obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Química. Insuscetível de revisão o referido entendimento, por demandar interpretação de cláusulas contratuais e reexame do conjunto fático-probatório, atraindo a aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.425.008/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 14/11/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator